



# IPRIS Comentário

OUTUBRO DE 2014

## Angola, Espanha e Turquia: algumas notas sobre vencedores e vencidos na corrida ao Conselho de Segurança

PAULO GORJÃO

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Angola, Espanha, Malásia, Nova Zelândia e Venezuela foram eleitos membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU para o biênio de 2015/2016. Por motivos que não carecem de grande explicação, Angola e Espanha eram os candidatos que Portugal seguia com maior atenção. Se no caso de Angola era apenas uma formalidade—com uma *clean slate*, Luanda obteve 190 votos em 193 possíveis—, no de Espanha, sem beneficiar de uma *clean slate*, foi uma disputa renhida e que terminou apenas à terceira ronda de votação, com a vitória por 132 votos, tendo a Turquia obtido apenas 60.

A candidatura tardia de Ancara explicará, em parte, a sua derrota. Tendo estado no Conselho de Segurança no biênio de 2009/2010, em 2011 Ancara decidiu avançar com uma candidatura que inevitavelmente teria pouco tempo de preparação e que entrava no terreno diplomático já com muitos votos prometidos a Espanha e à Nova Zelândia. A forma como a Turquia tem vindo a responder à guerra civil na Síria e ao progresso militar do Estado Islâmico no Médio Oriente foram também factores que certamente pesaram na votação final.

O aparecimento tardio da candidatura turca, pela qual Portugal tinha seguramente simpatia—Ancara esteve na primeira linha a apoiar a candidatura portuguesa em 2010—, de algum modo facilitou a vida à diplomacia portuguesa. Em 2011, há muito que Portugal manifestara o seu apoio à candidatura espanhola, pelo que Lisboa tinha

nessa altura pouco ou nenhum espaço de manobra para apoiar candidaturas alternativas. Acresce que, tendo em conta o peso das relações bilaterais entre Lisboa e Madrid, dificilmente o cenário poderia ter sido outro.

A derrota turca provocou uma ferida que demorará algum tempo a sarar e que deixará seguramente algumas cicatrizes. Porém, se a Turquia quer passar a ter uma presença mais regular no Conselho de Segurança—de algum modo seguindo as pisadas de Estados que ambicionam vir a ter um lugar permanente nesse órgão—e se quer fazer da sua participação no universo das instituições da ONU um vector central da sua política externa, nesse caso terá que perceber o que correu mal e retirar as devidas lições desta derrota.

Os lugares não permanentes do Conselho de Segurança da ONU são cada vez mais disputados e as candidaturas anunciadas com crescente antecedência. A candidatura portuguesa para o biênio de 2011/2012, por exemplo, foi lançada em 2000, i.e. com 11 anos de antecedência. Terminado o biênio, Portugal anunciou de imediato, em 2013, a sua candidatura para uma das *slots* de 2027/2028, em que a Áustria é também candidata, i.e. com 14 anos de antecedência.

Esta disputa acesa por um lugar é fácil de explicar. A presença no Conselho de Segurança é um factor de prestígio e por isso os Estados investem, se necessário, muito do seu esforço diplomático nessa tarefa. Não se



trata, porém, apenas de uma questão de prestígio. A presença no Conselho de Segurança constitui também um instrumento diplomático que confere, ainda que de forma limitada, alguma influência e poder adicionais. Como qualquer embaixador de um Estado que tenha passado pelo Conselho de Segurança confirmará, subitamente o telefone não deixa de tocar.

Angola e Espanha, como sempre acontece nestes processos, fizeram acompanhar as suas respectivas candidaturas de uma agenda e de um conjunto de prioridades. Nesse âmbito, por exemplo, entre outras prioridades, Luanda defende o processo de reforma do Conselho de Segurança, compromete-se no sentido de contribuir para o diálogo entre civilizações, destaca a importância da diplomacia preventiva e, claro, assume-se como *pivot* na prossecução de uma agenda africana. Naturalmente, uma parte destas prioridades é mera retórica diplomática, diria mesmo que faz parte do jargão politicamente correcto que tem de ser sempre referido e que, na sua versão mais inócua, não gera qualquer discordância. Outras há que são mais específicas e que estão mais próximas das suas prioridades diplomáticas. As matérias que envolvam a Guiné-Bissau serão seguramente alvo de atenção prioritária da parte de Angola. O mesmo será verdade em relação à segurança marítima no Golfo da Guiné.

Porém, a capacidade de qualquer membro não permanentemente de moldar a definição da agenda do Conselho de Segurança—ainda que a sua presença lhe confira prestígio,

influência e poder—é sempre limitada. Acresce que o passado recente nos ensina que não vale a pena fazer grandes planos. Há sempre uma crise que ocorre quando e onde menos se espera.

O que valeria a pena planear e coordenar, como defendo há muito tempo, era uma estratégia lusófona para o Conselho de Segurança.<sup>1</sup> Atendendo ao pequeno número de países de língua oficial portuguesa, uma presença contínua seria certamente difícil de assegurar, mas em todo o caso, no mínimo, faria todo o sentido evitar justaposições. Por exemplo, o Brasil e Portugal estiveram presentes ao mesmo tempo em 1998 e 2011, e o mesmo aconteceu com Angola e o Brasil em 2004. Seria diplomaticamente vantajoso para todos que não só se evitassem as justaposições, mas também que existisse com a regularidade possível um país da lusofonia no Conselho de Segurança. Não seria certamente necessário muito esforço para planear e coordenar uma estratégia comum. A presença angolana no próximo biênio poderia ser, aliás, o pontapé de partida nesse sentido. Resta, no entanto, uma dúvida: haverá vontade política?

1 Paulo Gorjão, "Lusophone countries must devise a grand strategy towards the Security Council" (*IPRIS Lusophone Countries Bulletin*, February 2010), pp. 6-7.

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)  
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa  
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>  
email: [ipris@ipris.org](mailto:ipris@ipris.org)

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Gold Sponsor



Silver Sponsor



Parceiros



Mecenas

